



PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE CAMPOS DO JORDÃO

ESTADO DE SÃO PAULO

LEI Nº 4.276, DE 16 DE SETEMBRO DE 2025.

Dispõe sobre a criação do Fundo Municipal de Direitos Difusos – FMDD, e dá outras providências.

CARLOS EDUARDO PEREIRA DA SILVA, Prefeito da Estância Turística de Campos do Jordão, no uso de minhas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criado, no âmbito do Município de Campos do Jordão, o Fundo Municipal de Direitos Difusos – FMDD, vinculado administrativamente à Secretaria Municipal de Justiça, com a finalidade de captar, gerenciar e aplicar recursos destinados à reparação de danos causados ao patrimônio público e social, ao meio ambiente, ao consumidor, à ordem urbanística, à livre concorrência, à defesa do patrimônio artístico, estético, histórico, turístico, paisagístico e de outros interesses difusos e coletivos.

Art. 2º Constituem receitas do FMDD:

I – as multas aplicadas em decorrência de infrações aos direitos difusos e coletivos, inclusive as impostas pelo PROCON Municipal;

II – os valores decorrentes de condenações judiciais, acordos ou termos de ajustamento de conduta que destinem recursos ao Fundo;

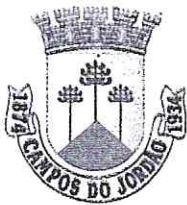
III – dotações orçamentárias do Município;

IV – transferências voluntárias da União e do Estado;

V – doações, legados e outras receitas que lhe forem destinadas;

VI – rendimentos de aplicações financeiras de recursos do próprio Fundo.

Art. 3º Os recursos do FMDD serão aplicados em:



PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE CAMPOS DO JORDÃO

ESTADO DE SÃO PAULO

I – projetos e programas destinados à proteção, defesa, recuperação e promoção dos direitos difusos e coletivos;

II – apoio a iniciativas de educação para o consumo, cidadania e defesa do meio ambiente;

III – campanhas educativas e de conscientização social;

IV – investimentos em infraestrutura e equipamentos voltados à proteção do patrimônio difuso;

V – custeio de estudos, pesquisas e diagnósticos relacionados à temática dos direitos difusos.

Art. 4º O FMDD será administrado pela Secretaria Municipal de Justiça, observadas as normas financeiras e orçamentárias aplicáveis, cabendo-lhe:

I – gerir os recursos do Fundo;

II – aprovar e acompanhar a execução de projetos financiados com recursos do Fundo;

III – elaborar relatórios anuais de gestão e de aplicação dos recursos, a serem publicados no Portal da Transparência do Município.

Art. 5º A aplicação dos recursos do FMDD será supervisionada por um Conselho Gestor, de caráter consultivo e deliberativo, composto por representantes:

I – da Secretaria Municipal de Justiça, que o presidirá;

II – da Secretaria Municipal de Meio Ambiente;

III – da Secretaria Municipal de Educação;

IV – da Secretaria Municipal de Saúde;

V – da Secretaria Municipal de Finanças;

VI – de entidades civis representativas da sociedade organizada, especialmente ligadas à defesa do consumidor, meio ambiente e cidadania.

§1º A composição, funcionamento e atribuições complementares do Conselho Gestor serão definidos em regulamento.



PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE CAMPOS DO JORDÃO

ESTADO DE SÃO PAULO

§2º A participação no Conselho Gestor será considerada de relevante interesse público e não será remunerada.

Art. 6º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 7º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de 90 (noventa) dias contados de sua publicação.

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação

Prefeitura da Estância Turística de Campos do Jordão,

Aos 16 de setembro de 2025.


CARLOS EDUARDO PEREIRA DA SILVA

Prefeito Municipal

Publicada de acordo com as formalidades legais pelo
SGSAO, em 16 de setembro de 2025.

CECÍLIA CARDOSO DE ALMEIDA
Chefe do Setor de Atos Oficiais